
A LEITURA DA BÍBLIA NA PERSPECTIVA DA LIBERTAÇÃO (*)

*Johan Konings
Lovaina — Bélgica*

1 — A PRÁXIS LIBERTADORA COMO CONTEXTO

“Por que agora devemos trabalhar mais para viver com mais dificuldade, apesar de todo o progresso?” — “Como é que há tanto terreno só para os bois e nada para nós que queremos trabalhar?” — “Por que não há trabalho para quem quer trabalhar?”

Tais perguntas podem, algum dia, se tornar perigosas, sobretudo quando levam a interpretar a realidade segundo o modelo do conflito. Quando estas perguntas criam a consciência de ser explorado, não só como indivíduo, mas como grupo, uma tensão perigosa vem à tona. Quando as pessoas começam a suspeitar que o jogo de nossa economia segue regras que condicionam um grupo a perder sempre, enquanto um outro grupo sempre sai ganhando (embora livrando-se de seus integrantes supérfluos), o grupo dos frustrados pode desejar reescrever as regras do jogo.

Reescrever as regras do jogo, eis a “libertação”. Estabelecer uma estrutura econômica que supere a opressão estrutural; que não seja mais baseada na exploração de uma classe pela outra, nem pela apropriação do valor do trabalho pelos que o comercializam, porque controlam o capital.

Ora, sobretudo num momento de desaceleração econômica, em que sobram menos recursos para consolar, pela redistribuição, as vítimas da alienação do trabalho, cresce a consciência de que uma

(*) Publicamos aqui algumas observações pouco sistemáticas em torno da leitura da Bíblia na perspectiva da práxis cristã da libertação histórica. O leitor reconhecerá “por trás das palavras” o diálogo com o livro fundamental de Carlos Mesters sobre este assunto (Cf. Carlos MESTERS, *Por trás das palavras*, Petrópolis, Vozes, 1975.

perspectiva melhor não será o fruto de uma evolução espontânea, mas deverá ser conquistada mediante a luta.

Eis o contexto da Teologia da Libertação: um contexto, não só de opressão estrutural, mas também de uma dialética libertadora, que ganhou o nome de luta de classes, nome um tanto infeliz, porque faz pensar em guerra armada ou caos social. Não só com armas se luta.

Consideramos que a libertação histórica não é o objeto formal, nem a contribuição específica da Teologia da Libertação, mas seu contexto e, em parte pelo menos, seu objeto material, ou seja, a matéria que ela elucida à luz da revelação transcendente de Deus como a concebe a fé cristã. A Teologia da Libertação elucida o que significa a libertação histórica — eventualmente como práxis cristã — em relação à salvação que vem de Deus. Neste sentido se pode dizer que a Teologia da Libertação é a expressão e explicitação sistemática da consciência da fé dos agentes cristãos da libertação histórica. É a prática teórica da libertação histórica assumida como práxis cristã.

O agente consciente, ou seja, o sujeito da libertação, o povo oprimido, mas conscientizado e organizado, experimenta sua práxis não apenas como uma decisão imanente, materialista, mas como um apelo exercido por uma instância superior, incondicional e absoluta — digamos: transcendente —, que pode ser assinalada em termos de justiça, fraternidade, etc.

Quando este sujeito da libertação participa da tradição bíblico-cristã, procurará expressar a consciência deste apelo transcendente na linguagem religiosa oferecida por esta tradição. Assim nasce o discurso religioso cristão da libertação, que é refletido e sistematizado na Teologia da Libertação. São um discurso e uma teologia que expõem a práxis libertadora à luz da revelação cristã, transmitida pela comunidade da fé cristã e cristalizada nas “escrituras cristãs desde Moisés até hoje”.

2 — A BÍBLIA NA TEOLOGIA DA LIBERTAÇÃO

2.1 — Descrição

Neste discurso religioso e teologia da libertação, a Bíblia ocupa, desde o início, um lugar importante. Basta abrir as obras clássicas da Teologia da Libertação, para constatá-lo. Os primeiros teólogos da libertação leram na Bíblia o próprio empenho libertador, do qual eles queriam articular a iluminação da fé. E isto, porque os cristãos engajados na práxis libertadora se reconheciam, se espelhavam em muitos textos bíblicos. Os operários, de quem se exige sempre

mais trabalho, não obstante a erosão salarial, não têm muita dificuldade para se reconhecer nos primeiros capítulos do Êxodo. E quando um exegeta lhes explica que o Servo Padecente de Isaías é uma personalidade "coletiva" (propriamente: corporativa), eles não hesitam em ler nestes capítulos sua própria história. Ao ler as bem-aventuranças e os "ais" de Lc 6, lembram-se de camponeses empobrecidos e de fazendeiros endurecidos na sua riqueza.

Mas, na sua maioria, nos inícios da Teologia da Libertação, o povo dos pobres não tinha acesso à Bíblia. Seu catolicismo era sacramentalista e moralista, além de voltado para o culto dos santos. A Bíblia era o atributo dos "crentes". Mas, para o povão católico, suas fontes de água pura ficavam escondidas. Enquanto hoje é oportuno fazer uma "releitura libertadora" dos santos, acrescentando-lhes as atuais vítimas e testemunhas da luta pela justiça, naquele tempo em que o Concílio Vaticano II incentivava a volta às fontes, era tarefa prioritária abrir ao povo o acesso à Bíblia.

Dentro do contexto da práxis libertadora histórica, o povo devia ter acesso ao efeito conscientizador e libertador da palavra bíblica. Era mister restituir a Bíblia ao povo como seu próprio livro, seu manifesto. É o que acontecia nas CEBs, surgidas no meio dos pobres, um tanto à margem das estruturas clericais e sacramentalistas tridentinas, e mais moldadas talvez pela ainda criativa religiosidade popular.

A leitura da Bíblia — muí diferentemente da "consulta" bíblica individual preconizada por movimentos de tipo pentecostal, tanto protestantes como católicos — era pré-leitura comunitária, já pelo próprio fato de muitos não saberem ler. Aprendiam que, desde o princípio, Deus escolhe o lado do pobre e oprimido frente à injustiça. Assim, a Bíblia deu-lhes a garantia de que eles podiam "estar diante de Deus" assim como eram: maltrapilhos, famintos; não como nas igrejas cobertas de ouro, onde é preciso roupa bonita para sentar nos bancos. Aprendiam que Deus não está aí para castigar o que puder e conceder arbitrariamente, de vez em quando, alguma "graça", mas que ele reergue quem foi jogado, pisado, maltratado: os hebreus da escravidão egípcia, os judeus do exílio babilônico, Maria de sua pequenez e Jesus de sua morte.

Praticamente, esta restituição da Bíblia ao povo acontece em círculos bíblicos, em liturgias da Palavra, em leituras e reflexões bíblicas ocasionais, quando de uma reunião, uma ação, uma invasão de terreno, uma expulsão. . . Os colonos sem terra de Ronda Alta (RS) colheram sua força dos momentos de reflexão bíblica que

marcavam os dias de seu acampamento. Nas mais diversas ocasiões, a Bíblia evoca a imagem do Deus dos pobres e espelha a vida deles.

Não é de se admirar, portanto, que a onda das CEBs provocou também uma onda de cursos e cursinhos, porém, não para espalhar "cultura bíblica", nem para demonstrar, de modo apologético, que "a Bíblia tinha razão", alimentando assim a mentalidade de inventar objeções pseudocientíficas. . . Estes cursos não servem para entregar os cursistas nas mãos de especialistas que "sabem", mas para mostrar que o Deus dos pobres se deixa reconhecer na Bíblia. Não predomina a forma magistral, mas o diálogo, em que o especialista aprende a experiência do povo e este caminha através da floresta bíblica, buscando as fontes de água viva. Todo o mundo ensina e é ensinado, educa e é educado. "Tu me ensina a fazer renda, eu te ensino a namorá". . .

Atualmente, a "exegese" nascida deste diálogo já penetrou até nos manuais de catequese, nos comentários bíblico-litúrgicos para a liturgia dominical, na formação de sacerdotes, religiosos e agentes de pastoral. Fato marcante é que a tradicional "semana da Bíblia", concebida, tempos atrás, como difusão bíblica, está tomando a forma do Mês da Bíblia, concebido no espírito de ver a Bíblia como o livro de vida do povo oprimido.

2.2 — Fundamentação

Podemos caracterizar o acima descrito uso da Bíblia como "releitura da Bíblia na perspectiva da práxis da libertação". Ora, aos olhos de muitos, isso não passa de manipulação da Bíblia, desvirtuando-se o sentido "objetivo", seja pela seleção unilateral, seja pela reinterpretação ideológica.

Ora, o assim chamado "sentido objetivo" é um tanto quimérico, não apenas porque mesmo o mais metódico especialista inevitavelmente projeta na Bíblia algo de sua visão da vida e do mundo, mas também porque o sentido objetivo é um sentido histórico, sujeito à relatividade da pesquisa histórica, que nunca é acabada. Nem queremos examinar aqui que sentido histórico: o do autor, o do leitor ou o do texto em si?

A restituição da Bíblia ao povo acontece num nível de sentido diferente daquele da crítica histórica. Não é possível aguardar as conclusões dos exegetas histórico-filológicos para deixar o povo espelhar-se na Bíblia. Não nego o valor da exegese histórico-crítica. Ela examina, na medida do possível, a fonte donde brotam as diversas potencialidades de sentido — a polissemia — que permitem ao povo

compreender-se na Bíblia. Mas é uma outra exegese que explora a utiliza esta potencialidade de sentido, esta signi-ficação, esta produção se sentido que emana da Bíblia. Convém analisar primeiro este outro tipo de exegese.

2.2.1 – Compreensão e práxis

“Aprendendo e fazendo, se entende.” Aprender um sentido de modo apenas teórico ainda não dá plena compreensão. É preciso praticar este sentido, para ver o que significa na realidade. Sem ser concretizado na prática, um conceito fica abstrato, irreal e por isso in-verdadeiro. O sentido real de uma idéia está na sua realização.

Este conceito do saber aproxima-se do “conhecer” bíblico, que significa prática, experiência, proximidade, intimidade. Quando nossas mãos não entendem o que a Bíblia quer dizer, não a entendemos. Se a Bíblia é apenas um espelho para nos olharmos, sem praticarmos a missão que ela nos confia, esquecemos logo o que ela nos mostra (Tg 1,23-24). Não é assim que, primeiro, se consegue um conhecimento teórico da “doutrina bíblica”, para a aplicar depois. Antes, a Bíblia só se entende enquanto se age no seu espírito, enquanto se realiza de modo novo o que ela significa.

Ora, o que acabamos de dizer é um círculo. Só podemos entender a Palavra pela práxis, mas a Palavra nos diz qual deve ser a práxis, ela prescreve e não apenas justifica nossa práxis. Como é isso possível?

A chave deste problema, o acesso a este círculo, está na comunidade de fé. Crer é acreditar, dar crédito, não tanto a uma teoria, mas a uma práxis: à vida vivida por Jesus de Nazaré. Os Apóstolos deram crédito a esta vida, que levou à plenitude a práxis espelhada e articulada no A. T. Manifestou o sentido mais real e mais pleno da antiga Escritura. Este sentido, cristalizado na Nova Escritura, é conservado vivo por uma comunidade que o pratica, a comunidade cristã. Nela, a Palavra é a instância viva que se eleva para julgar da obediência ou desobediência do nosso agir. Mas fora da comunidade, a Palavra se torna mera letra, manipulável para legitimar as mais diversas ideologias. Somente ligada à comunidade de fé, que desde o princípio e nas mais diversas circunstâncias guardou a Palavra do Cristo e a fez verdadeira nos seus atos, a teologia bíblica da libertação é garantidamente cristã. Fora da Igreja, sua salvação não é nada certa!

2.2.2 – *Relevância*

Concretamente, a correlação de compreensão e práxis se articula na seguinte pergunta: “A Bíblia tem algo a dizer sobre a opressão nos nossos dias e sobre a busca de libertação e justiça?”

Em vão se procuram na Bíblia opiniões sobre capitalismo, colonialismo, ecologia etc. Ela nem condena a escravidão. Mas, se podemos comparar a Bíblia com um álbum de fotografias da vida do povo de Deus (e de seus parceiros na história antiga), devemos dizer que encontramos fotografias que mostram atitudes e estruturas bem semelhantes às das pessoas e instituições que, hoje em dia, sacrificam homens em troca de dinheiro e poder, transformam paraísos em desertos e impregnam o solo com o sangue da guerra. Encontramos, neste álbum, as lembranças da atitude perante Deus dos oprimidos fiéis à justiça e podemos reconhecer seu espírito, na medida em que, pela comunidade de fé, este mesmo espírito vibra também em nós.

Mas os que se dirigem à Bíblia sem este espírito, mas, pelo contrário, cheios de seus próprios preconceitos, não reconhecem nada nestas fotografias. Para estes, a Bíblia torna-se um monumento morto e a única coisa que se pode fazer, é restaurá-la sem deixar ninguém habitar nela . . .

2.2.3 – *A dinâmica da Revelação*

O círculo de compreensão e práxis não é, propriamente, um círculo e sim uma espiral. Pois a pergunta que nasce da práxis não encontra uma resposta já conhecida, mas uma surpresa, algo que o sujeito libertador não esperava. Algo que modificará sua práxis de modo incondicional. Citemos, p. ex., o amor ao inimigo, a não-violência, o sacrifício de si mesmo, etc. Estas coisas transformam sua luta em práxis cristã. São exatamente estas respostas inesperadas que mais libertam o libertador do esquema da opressão, pois elevam-no a um nível superior. O oprimido sai do encontro com a Palavra como Homem Novo. Tentando traduzir isto numa práxis renovada, mais moldada pelo espírito de Jesus de Nazaré, ele terá que voltar à Escritura com perguntas novas, mais radicais, mais pertinentes quanto à Palavra e quanto ao próprio contexto histórico de sua práxis. Assim o encontro de práxis e Palavra não é um círculo estático, mas uma espiral que penetra na realidade ou, com uma expressão de C. Mesters, uma roda que avança na História.

A Palavra da Escritura funciona como espelho da práxis cristã da libertação. O leitor, ao ler certas páginas da Bíblia, pode exclamar: "Mas que maravilha! É exatamente por isso aí que me estou empenhando!" Mas, ao mesmo tempo — se ele for bom leitor e bom ouvinte da Palavra — ele perceberá que a Escritura, sobretudo do N.T., rompe a perspectiva em que ele concebia sua práxis e abre um horizonte mais amplo e mais luminoso.

2.2.4 — Os Sentidos da Bíblia

Será que assim a Escritura, a memória do Povo de Deus, é devolvida a este povo? Será que o povo consegue espelhar-se nesta memória?

Voltemos à questão da interpretação da Escritura. Se pensamos que a Escritura só pode ser entendida conforme um único sentido — aquele que lhe foi dado no momento histórico de sua composição — fechamos a Escritura, não só para o povo, mas também para os eruditos, que nunca chegarão a estabelecer este sentido.

Sem negar a importância da tentativa histórico-crítica, devemos reconhecer definitivamente o espaço legítimo de uma outra "significação" escriturística, aquela que permite encontrar na Escritura um sentido que corresponde à práxis, ao mesmo tempo que a transforma.

Um poeta me disse certa vez: "A poesia consiste em dizer algo tão profundo, que é possível encontrar um sentido através de diversas interpretações, conforme a experiência de cada um". Geralmente, um artista não sabe qual é o sentido de sua obra, mas ele pode, sim ou não, concordar com alguns dos sentidos que lhe são atribuídos. Neste sentido, a S. Escritura é uma "poética". "Por trás das palavras", por trás do sentido que o autor historicamente quis formular ou os primeiros leitores historicamente leram (não necessariamente o mesmo!) está a "causa" (*die Sache*) de que se trata, mas que pode ser abordada também por uma outra significação do mesmo texto, com a condição de não lhe ser contraditório e de se situar no mesmo espírito.

Estas significações (em plural, pois são virtualmente inumeráveis) são as que o povo pode encontrar lendo a Bíblia no espírito da comunidade de fé. Ao mesmo tempo, a exegese histórica procura estabelecer e traduzir (o que dá no mesmo) a significação que o texto teve, no momento em que surgiu e foi assumido na tradição constitutiva da fé.

Em uma palavra, o uso da Bíblia na perspectiva da libertação histórica coloca todo o problema dos sentidos da S. Escritura. Mono-

polizar o sentido da Bíblia dentro do empreendimento histórico-exegético seria esconder a Bíblia, pois só se permitiria o acesso dos especialistas, que apenas — como toda a pesquisa histórica — poderiam estabelecer uma probabilidade.

Por outro lado, porém, não se podem pura e simplesmente despedir os exegetas histórico-críticos. Eles apontam um sentido que pelo menos é provável, porque, na medida do possível, testado na reconstrução de fatos. Sem este ponto de referência, ainda que imperfeito, os “sentidos plenos” facilmente se tornariam puramente fantasiosos.

O Sentido histórico do texto escriturístico é primordial, fundador e normativo. Embora sua reconstituição pelos métodos históricos, literários e lingüísticos seja sempre inacabada, a comunidade de fé tem o dever de cuidar de sua conservação e contínua reformulação fiel dentro da evolução da linguagem. Ele é o sentido que expressou o acontecimento de fé nas fontes de nossa Tradição e que foi implicitamente canonizado com as próprias Escrituras, como “marco referencial” em que a fé fundadora se reconhecia. Ele é o único sentido que participa plena e garantidamente da “sabedoria salvadora” da Escritura (2 Tm 3,15). Mas ele não se deixa estabelecer com facilidade. Como já dissemos, mesmo os “escribas” delegados pela comunidade para esta tarefa se vêem diante de muitas dúvidas.

O sentido histórico é o autêntico “sensus fidei” da Escritura. Não se pode opor o sentido histórico ao sentido da fé. Mas o sentido histórico não é apenas o que pode ser abordado pela ciência histórico-exegética. O sentido histórico é esta “causa” escondida por trás das palavras e que pode ser encontrada *também* por outras “significações” que não a histórico-exegética, certamente menos científicas, mas talvez mais vitais e pertinentes. Não só pelo caminho histórico-crítico se pode ir “ad rem”! Pode-se chegar a ela também por uma interpretação a partir ou dentro da práxis, “fazendo” o que a “res”, a causa, quer dizer. Neste caso, como na “interpretação” de uma música por um artista, a própria práxis é interpretação (e interpretação mais adequada que a explicação científica dada pelo musicólogo).

Uma das tarefas da Teologia da Libertação é esclarecer melhor a relação entre a exegese histórico-crítica e a interpretação que acontece na práxis libertadora, dentro da “analogia fidei”.

Parece-me que o sentido descoberto pela abordagem histórico-crítica funciona como instância crítica com relação ao sentido vivido na práxis e explicitado na releitura a partir dela. Instância crí-

tica, em primeiro lugar, no sentido de delimitar a potencialidade de significação do sentido profundo (a "causa"), ou seja, de discernir quais significações práticas (e espirituais etc.) é possível tirar da experiência "gravada" na Escritura e quais não.

O sentido histórico-crítico (o sentido histórico criticamente estabelecido) é instância crítica para o sentido "vivido" também como "princípio de realidade": ele garante o contato com a realidade que viveram historicamente nossos pais na fé. A fé que eles nos transmitiram não são meras idéias eternas, mas atitudes e decisões frente a realidades históricas. Ora, por mais que se acredite na força eidética ou idealizadora de nosso intelecto, se sabe também que a idéia sempre fica distante da realidade "fática". Seria muito perigoso legitimar uma interpretação da Bíblia pela idéia que se tem da fé de nossos antepassados e fundadores, sem, na medida do possível, testar esta idéia nos fatos que eles viveram. Um exemplo pode esclarecer isso: Na perspectiva libertadora, os textos do Dêutero-Isaías sobre a "luz das nações" podem ser interpretados como espelho do povo oprimido que, liberto pela justiça de Deus, se torna fundamento de uma nova estrutura mais justa e mais humana para todos, inclusive para os opressores. Mas esta interpretação ficaria bem aérea, se a história real do povo de Israel e Judá não mostrasse nenhum efeito neste sentido. O sentido histórico-crítico dá um estatuto de realidade histórica aos sentidos análogos descobertos pela releitura libertadora.

Diremos mais ainda: para ser completamente liberta, a Bíblia deve também, até certo ponto, ser acessível de modo histórico-crítico para o povo, exatamente para que este possa verificar o "fundamentum in re" de sua própria significação.

Também, o sentido histórico-crítico protege o passado contra a manipulação ideológica. Mostra que cada homem e cada tempo é diferente do homem e tempo de hoje. Esta diferença histórica é a encarnação da alteridade da Palavra de Deus. Não podemos dispor dela conforme nossas projeções. Ela é que dispõe de nós. A diferença das situações bíblicas relativamente à nossa exige um esforço de auscultação, de atenção, que abre espaço para aquilo que não é como pensamos, aquilo que ultrapassa e transforma a perspectiva de nossas perguntas, a "surpresa" de Revelação que mencionamos acima.

Por isso é razão de alegria que, ao lado de toda uma literatura que ajuda o povo a ver as analogias entre as libertações bíblicas e as nossas libertações históricas hoje como encarnações de um mesmo sentido profundo, está se divulgando também uma literatura de cunho popular facilitando a leitura histórica, tanto com relação aos dados histórico-geográficos e sócio-econômicos quanto com relação

aos métodos da pesquisa literária. Para dar um exemplo: o conhecimento de um pouco de *Formgeschichte*, ou seja, da interação entre a situação da comunidade cristã e a formulação da tradição evangélica, permite às nossas CEBs uma bem maior compreensão de sua própria fé e práxis.

2.2.5 – A Bíblia Inteira

Uma última observação diz respeito ao caráter seletivo do uso que se faz da Bíblia na perspectiva da libertação. Não serei o único que se cansou de ouvir sempre as mesmas leituras de Êxodo e Amós... Diz-se que o povo deve-se servir, na Bíblia, daquilo que lhe serve, como a doméstica no mercado se dirige reto à vendinha onde se encontra o que ela quer. Mas é verdade também que certas domésticas há anos estão comprando um produto obsoleto, enquanto um pouco adiante se vende um produto novo bem mais adequado. Porque nunca se deram à pena de olhar o mercado em sua totalidade. A seletividade no uso da Bíblia pode obnubilar sua novidade e alteridade; pode fazer esquecer que a Bíblia é maior do que nós.

Diante deste problema da seletividade, que é tão perigosa para a saúde quanto a subnutrição por alimentação unilateral, devemos aplaudir as tentativas de oferecer a nossas comunidades o lecionário litúrgico completo com orientações para uma leitura na perspectiva da libertação e, mais ainda, o projeto de um comentário bíblico completo neste mesmo sentido. Pois, se não é possível cada um ruminar a Bíblia toda, é necessário que a comunidade de fé a conheça na sua totalidade.

ENDEREÇO DO AUTOR:

*Tervuursestraat 56
B – 3000 Leuven
Bélgica*